

**BREVE INDICAÇÃO PARA UM ESTUDO DA  
CONTRIBUIÇÃO DAS CORTES  
INTERNACIONAIS PARA O DIREITO  
ECONÔMICO\*\***

Ricardo Antônio Lucas Camargo\*

---

\* Doutor em Direito Econômico pela Universidade Federal de Minas Gerais – Procurador do Estado do Rio Grande do Sul.

\*\* O presente texto desenvolve tema incidente à tese de doutoramento do autor defendida em 5 de agosto de 1996 perante banca examinadora composta pelos Professores Washington Peluso Albino de Souza (orientador – UFMG), Eros Roberto Grau (USP), Werter Faria (UFRGS), Elza Maria Miranda Afonso (UFMG) e Aroldo Plínio Gonçalves (UFMG), intitulada ***Efetivação jurídica dos objetivos da política econômica – eficácia da norma de direito econômico***.



Breve Indicação ...

---

**116** - RPGE, Porto Alegre 25(55): 115-127, 2002



É de óbvio conhecimento que as decisões dos agentes econômicos, tanto privados como públicos, por vezes, ultrapassam o âmbito territorial de um Estado soberano. Tanto assim o é que copiosa bibliografia se produziu para estudo dos contratos internacionais do comércio no campo do Direito Internacional Privado.

Entretanto, muitos dos conflitos de interesse subjacentes à política econômica privada ou pública que ultrapasse o âmbito territorial de um Estado têm repercussões sobre a esfera jurídica de pessoas que, por vezes, são completamente alheias à relação contratual, o que se mostra escapo ao âmbito do Direito Internacional Privado, cujo objetivo é, acima de tudo, a definição dos contornos da relação jurídica privada, travada sob a égide de mais de um ordenamento jurídico. De outra parte, a submissão mesmo da sobrevivência de dispositivos constitucionais concernentes à ordem econômica e à dimensão do Estado a contratos de financiamento internacional, invertendo a hierarquia normativa tal como enunciada pela praxe do constitucionalismo norte-americano e encampada pelos países tributários do constitucionalismo de matriz liberal, demonstra como o poder econômico privado *“havia crescido demasiadamente e já influía no Poder político. Essa influência oscilava desde a dependência do Estado, em matéria de obtenção de recursos, seguindo a tradição dos orçamentos de arrecadações tributárias para fazer face à sua manutenção, até à corrupção pelo voto, elegendo legisladores e administradores, ou pelo comprometimento direto em negócios mais ou menos escusos, como uma fatalidade da ‘economia de mercado’, uma vez que, na regra fundamental da ‘luta’, aquele que não cresce acaba por perecer diante do competidor mais poderoso”* (16:314). Esta discussão também é totalmente estranha ao Direito Internacional Privado, embora possa contribuir, no tocante às soluções para os denominados “conflitos de leis no espaço”, para a identificação de uma das circunstâncias relevantes que se mostram obstativas à aplicação do direito estrangeiro, que é a ordem pública.

De outra parte, as relações inter-estatais, que constituem objeto do Direito Internacional Público, travam-se em um clima de igualdade formal (2:67), de tal sorte que nenhum Estado soberano estará sujeito aos mandamentos emanados de qualquer dos poderes constituídos de outro Estado soberano, seja do Executivo, seja do Legislativo, seja do Judiciário. Assim, não poderá, em princípio, o súdito de um Estado soberano, demandar, perante a justiça de seu Estado a outro Estado soberano. Também não poderá um Estado soberano, perante seus próprios Tribunais, demandar a outro Estado soberano, a despeito de precedente da Justiça Federal brasileira em sentido contrário (8:77-78). É a regra do *par in parem non habet iudicio*, mercê da qual vem desafiando os juristas a busca da mais efetiva forma de solução pacífica de conflitos de interesse no âmbito internacional.

A regra do *par in parem non habet iudicio* conduziu a que as soluções de controvérsias no plano internacional se sujeitassem à arbitragem (6:10).

Entretanto, constituindo esta um meio *ad hoc*, insuficiente para atender a casos em que haveria mister uma maior generalização, e, por vezes, traduzindo

uma vantagem maior para o Estado mais poderoso, criaram-se as Cortes Internacionais permanentes (12:36).

O fato de existir uma Corte Permanente de Arbitragem não infirma a assertiva, porquanto, como lembra ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE, tal “Corte” é apenas uma estrutura que acomoda um corpo de árbitros a serem eleitos a partir de uma listagem (20:17).

O acesso a estas Cortes, em princípio, somente se viabiliza mediante o esgotamento dos recursos no Direito interno.

A razão de ser para esta regra é-nos dada por ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE (21:104-105): “como **conditio sine qua non** do exercício de represálias (no passado mais distante) e da proteção diplomática (nos tempos modernos), não raro a regra impediu a intervenção, em épocas em que os soberanos e Estados se mostravam menos relutantes para recorrer à força física do que parecem ser hoje. A regra exerceu, assim, uma função proeminente ao assegurar uma certa medida de respeito pela soberania dos Estados, minimizando tensões e favorecendo as condições de intercâmbio pacífico e relações comerciais entre soberanos e Estados, e levando ao estabelecimento de tribunais (para julgar reclamações) e recursos. Excetuavam-se da aplicação da regra os casos de denegação de justiça, atrasos indevidos e outras irregularidades processuais graves”.

Em se tratando de violações a Direitos Humanos fundamentais, a regra sofre também atenuações, considerando a experiência recentíssima na América Latina quanto à decretação de estados de exceção sem que se conte com garantias processuais idôneas e eficazes que se sujeitem a controle de legalidade, restringindo-se, destarte, às postulações concernentes a reparações pecuniárias (19:65-67).

Assim, nada haveria de anacrônico em se aplicar, perante a Corte Internacional de Justiça, a objeção de que lançou mão a Islândia no caso dos pesqueiros ingleses que estariam ilegalmente a exercer sua atividade em águas islandesas em caso semelhante, porquanto não se teria em jogo uma questão de grave violação que justificasse, de logo, o recurso a órgãos supranacionais, já que não se trata, em princípio, de se denegar o acesso à proteção jurídica das pessoas envolvidas, diferentemente do que ocorreria nos casos em que interessadas as pessoas excluídas, não formalmente, mas materialmente, da tutela da ordem jurídica. A assertiva de CELSO LAFER, embora dirigida aos apátridas – indivíduos formalmente excluídos da ordem jurídica –, cabe como luva aos materialmente excluídos:

“A asserção de que a igualdade é algo inerente à condição humana é mais do que uma abstração destituída de realidade. É uma ilusão facilmente verificável numa situação-limite, como a dos internos em campos de concentração. Estes se deram conta de que a única dimensão que lhes sobrava era o fato de serem humanos. Pessoas forçadas a viver fora de um mundo comum, vale dizer, excluídas de um repertório compartilhado de significados que uma comunidade políti-

*ca oferece e que a cidadania garante, vêem-se jogadas na sua **natural giveness**. As **displaced persons**, precisamente por sua falta de relação com um mundo, foram e continuam sendo tentação constante para os assassinos e para as nossas próprias consciências. É como se não existissem. São supérfluas. Esta é a nota básica da ruptura representada pelo totalitarismo, pois a tradição ocidental, baseada no valor da pessoa humana como 'valor-fonte' de todos os valores, viu-se frontalmente contrastada com uma situação criada no seu próprio bojo – e não por ameaça externa, como no passado os mongóis em relação à Europa – que produziu, de um lado, bárbaros, e de outro forçou milhões de pessoas, tidas como supérfluas, a voltarem ao estado de natureza” (7:150-151).*

Por outro lado, a formação de Tribunais supranacionais mostrou-se, efetivamente, responsável pelo sucesso de medidas destinadas à concreção do processo integracionista, já que resolvem conflitos interpretativos que podem, por vezes, tornar inócuas as medidas destinadas à harmonização legislativa (5:118). Deixando, no momento, a interessante discussão sobre eventuais distinções entre os Tribunais Comunitários e os Tribunais Internacionais, no contexto deste trabalho aqueles como especialização destes últimos serão considerados, porque sua jurisdição ultrapassa o âmbito territorial de um Estado e porque criados por Tratados Internacionais (9:1101).

Noticia-se histórica desconfiança dos países do Terceiro Mundo para com a Corte Internacional de Justiça em Haia, tendo em vista sua própria composição, em que não se acham suficientemente representados (17:37-39; 9:530-539), desconfiança esta que, contudo, começou a arrefecer a partir da decisão no caso Nicarágua x Estados Unidos.

Registram-se, hoje, além da Corte Internacional de Justiça, as Cortes especializadas, como o Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica Européia, as Cortes Européia e Interamericana de Direitos Humanos, o Tribunal de Justiça do Acordo de Cartagena, o Tribunal de Direito do Mar, consoante pesquisa de ANTÔNIO AUGUSTO CANÇADO TRINDADE (20:19).

Inúmeras questões de profundo interesse para o Direito Econômico foram decididas pelas Cortes Internacionais.

Dentre os casos examinados pela Corte Internacional de Justiça em Haia, podem ser mencionados o do conflito entre o Reino Unido e a Noruega, a respeito da delimitação da área pesqueira desta, tendo sido considerado lícita a conduta do país escandinavo, tendo em vista os problemas do esgotamento dos recursos ictiológicos que se aguçaram no pós-II Guerra Mundial (14:230-233; 12:33), o da definição dos direitos dos súditos norte-americanos no Marrocos, então colônia francesa (1948), afetados por medidas de controle monetário e de importações (14:246-247), o do tratamento dispensado aos súditos da Libéria e da Etiópia no Sudoeste Africano pelo Governo racista da África do Sul (17:39; 12:34), o da

remessa à arbitragem do conflito entre Grécia e Reino Unido sobre construção de navios (14: 248-250; 4:81), o dos direitos sobre o Golfo de Maine entre o Canadá e os Estados Unidos (12:39), o da *Anglo Iranian Oil Co.*, cuja renovação de concessão para exploração do petróleo o Governo iraniano recusou, à vista de não prestar a empresa suficiente atenção aos interesses nacionais, procedendo, em 1951, à nacionalização de toda a indústria petroleira (14:250-253), o do conflito entre França e Reino Unido sobre as ilhotas do Canal da Mancha, onde havia interesses não apenas pesqueiros como de aproveitamento das marés na obtenção de energia elétrica (14:253-254; 12:33), o do conflito entre o Reino Unido, Argentina e Chile sobre terras na Antártida (14:261), o caso dos bônus noruegueses, mercê do qual se decidiu que conflitos sobre títulos da dívida pública deveriam ser decididos com base no Direito interno (14:261-263; 12:36), o da nacionalização, em 1942, por parte do Governo norte-americano, dos bens dos súditos inimigos, inclusive o controle de empresas (14:264-266), o do conflito entre Liechtenstein e Guatemala, pelo confisco dos bens do alemão, naturalizado cidadão de Liechtenstein, FRIEDRICH NOTTEBOHM, em virtude da declaração de guerra do país centro-americano à Alemanha nazista em 1943, bem como por comerciar com o inimigo (14: 254-255; 12: 33; 4:169-170), o da quebra da *Barcelona Traction Light and Power Company*, que funcionava no Canadá e cujas ações, em grande parte, pertenciam a súditos belgas, tendo seus bens, por ocasião da liquidação, sido arrecadados por um grupo espanhol (14: 270-272), o dos testes nucleares, envolvendo Nova Zelândia e França (18:185-186), o da composição do Comitê de Segurança Marítima da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental (14: 272-274). No Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica Européia podem ser mencionadas as restrições à liberdade de circulação de trabalhadores em prol da ordem, da segurança e da saúde pública (1:470), o temperamento da circulação de capitais ao necessário para o bom funcionamento do mercado comum (1:478). No Tribunal Andino ou Tribunal do Acordo de Cartagena, estabeleceu-se a inadmissibilidade, em princípio, de que os Estados-partes criassem entraves legislativos à circulação de produtos no seio da Comunidade, quando delas oriundos, a prevalência das normas comunitárias sobre propriedade industrial, pechando de nulas as medidas legislativas nacionais que em sentido oposto dispusessem (13:58-61), a possibilidade, em face da Decisão nº 220 do Conselho do Acordo de Cartagena, de os Estados-partes legislar sobre capitais estrangeiros, no sentido de se vetarem as suas incursões em setor adequadamente atendido pelas empresas nacionais existentes (22:174).

No primeiro caso, o interesse para o Direito Econômico emerge pela consideração dos seguintes aspectos: o exercício de atividade econômica, no caso, a pesca, a carência de víveres de uma determinada população por ocasião do pós-Guerra, a verificação da ocorrência de pesca predatória, apta a provocar o exaurimento dos recursos ictiológicos, já bastante afetados, a própria possibilidade de prejuízo para a economia inglesa. Nem só por configurar a decisão sobre o

conflito verdadeira medida de política econômica deixou de guardar, dentro do que se espera de uma decisão de um órgão jurisdicional, o caráter jurídico de composição da lide.

No segundo caso, a verificação do momento em que medidas de controle monetário e de restrição às importações passariam a configurar confisco e, portanto, atingiriam um dos elementos da liberdade de iniciativa, que seria a integridade do direito de propriedade, mesmo afetado a uma função social.

A verificação do tratamento dispensado aos súditos da Etiópia e da Libéria, inclusive no tocante à sua própria ubicação no mercado de trabalho, mostra como a temática dos direitos humanos não deixa de perpassar o interesse do Direito Econômico, com o que se tem por assentado, mais uma vez, que não corresponde à realidade considerar as medidas de política econômica como um universo reservado aos tecnocratas. Aliás, mesmo para eles, *“as interpretações fornecidas para o estudo das diversas economias nacionais são um campo de batalha. Para os economistas dos países subdesenvolvidos, a ordem econômica internacional é um mecanismo perverso que está matando, literalmente, milhões de seres humanos nos vários continentes. Já para o Primeiro Mundo, sobretudo para a sinistra ‘escola de Chicago’, o desempenho do ‘centro’ é um sucesso permanente”* (3:105).

Quando se remeteu à arbitragem o conflito entre Grécia e Reino Unido, o famoso caso *Ambatielos*, deve-se observar que tal se deu em virtude de nos Tratados entre os dois países haver sido a solução das controvérsias reservada à arbitragem. É o caso de lembrar, para não se invocar tal precedente em prol dos preconceitos a respeito do caráter meta-jurídico das medidas de política econômica, que a discussão sobre a ocorrência ou não de tentativa de se dominar este setor da realidade econômica internacional comportaria decisão por parte da Corte Internacional de Justiça. Se as normas invocadas se mostram imprecisas, é função do julgador precisar-lhes o sentido e dizer qual a solução jurídica adequada, isto é, qual o interesse subordinante e qual o subordinado na solução do conflito. Cabe, entretanto, o registro das razões apresentadas por CELSO DUVIVIER ALBUQUERQUE MELLO:

*“A solução judiciária não se adapta às relações econômicas pelas seguintes razões: a) as normas jurídicas nem sempre existem e quando elas existem são imprecisas. As partes não fundamentam as suas pretensões no direito; b) as questões econômicas têm, muitas vezes, por objeto um prejuízo em potencial; c) as organizações internacionais não têm um órgão especializado para a solução do litígio, vez que ele faz parte do dia-a-dia da organização. O procedimento da solução do litígio é ‘interiorizado e multilateralizado’. A solução do litígio é uma das funções da organização; d) a rapidez e as flutuações das relações econômicas não dão longa duração às normas; e) as obrigações são vagas e imprecisas e dão aos Estados escapatórias para o caso delas*

*acarretarem graves prejuízos econômicos; f) não se identifica claramente a existência de um ilícito, porque não existem normas ou elas são imprecisas; g) a Corte Internacional de Justiça exige uma precisão na formulação jurídica; h) o procedimento judicial é formalista e preocupado com o primado do Direito e não deixa campo para o compromisso; i) o procedimento judiciário é lento” (11:78).*

O quinto caso aponta para um dos temas mais palpitantes do Direito Econômico, que é o do espaço em que exercida a soberania econômica, isto é, o espaço sobre o qual pode um Estado legitimamente esperar a produção de efeitos dos atos jurídicos mediante os quais veicula as medidas de política econômica pública.

O sexto caso, que traduziu mais um exemplo histórico da tantas vezes por nós apontada tensão entre o poder econômico privado e o poder econômico público, em que este obteve uma de suas raras vitórias sobre aquele, sem que isto implicasse a derrubada do Governo (lembremos que a queda do Governo iraniano somente se deu em 1979, quando os xiitas do Aiatollah Khomeini assumiram o poder).

O conflito entre França e Reino Unido tem o mesmo sentido que o conflito entre Estados Unidos e Canadá, o que desde já demonstra, por outro lado, que a questão concernente à soberania econômica não constitui uma antigalha das preocupações de países subdesenvolvidos, mas, ao contrário, é preocupação constante dos países do Primeiro Mundo como essencial à sua identidade como Estados nacionais.

A importância da decisão do caso dos bônus noruegueses para o Direito Econômico resume-se na consideração de que o direito interno como critério único para a solução de conflitos sobre títulos da dívida pública vem como salvaguarda de um dos atributos da soberania econômica dos Estados, que é o poder de se auto-determinarem quanto ao momento de se endividarem, na forma que prescrever o direito interno e não através de disposições que possam se colocar escapas aos mecanismos de controle dos gastos públicos neles existentes.

A nacionalização dos bens dos súditos inimigos por parte do Presidente Roosevelt durante a Segunda Guerra Mundial não traduziu, ao contrário do que possa parecer a uma primeira vista, um confisco, mas sim uma defesa do Estado norte-americano contra as possíveis investidas do poder econômico privado que estivesse comprometido com a vitória do Eixo, renunciando as nacionalizações que seriam feitas na França pelo Conselho Nacional da Resistência.

O caso anterior também guarda uma ligação com o conflito entre o Reino Unido, a Argentina e o Chile sobre terras na Antártida, no sentido de que se trata do acesso mais direto aos recursos naturais, de sorte a definir a situação de dependência ou independência em relação a tal ou qual recurso, o que não deixa de influir, evidentemente, no poder de barganha do Estado em face de outras potências ou de grandes corporações.



O caso *Nottebohm*, em que o Principado de Lichtenstein e a República da Guatemala contenderam guarda a sua importância para o Direito Econômico não apenas no que diz respeito à possibilidade de o poder econômico privado vir, inclusive, a atuar em sentido contrário à orientação política de determinado Estado, como referido ao se comentar a nacionalização levada a efeito pelo Governo Roosevelt, como também no fornecimento de subsídios a respeito do debate sobre a nacionalidade do capital.

O caso *Barcelona Traction* traz um dos dados mais interessantes para o Direito Econômico no sentido da verificação do real critério para a definição da nacionalidade da empresa, se o local da sede ou se o da nacionalidade de seus controladores, tendo a Corte Internacional de Justiça, majoritariamente, entendido que deveria prevalecer o critério da sede, desconsiderando que mais próximo à realidade seria o critério que permitisse ao Estado receptor verificar, como asseverou um dos que aplaudiram a decisão da Corte, “os eventuais riscos resultantes dos capitais estrangeiros na economia nacional” (4:409).

O caso dos testes nucleares envolvendo Nova Zelândia e França aponta para a consideração do meio ambiente – principalmente sob o aspecto da possibilidade de esgotamento dos recursos naturais, embora não exclusivamente sob este prisma – como inserto na concepção dos direitos humanos e como fundamento para a superação da divisão em gerações de direitos, tão ao gosto da doutrina mais impregnada dos dogmas do século XIX. Com efeito, as decorrências daí são mais que evidentes: o êxodo em massa, a formação de um exército de excluídos em razão do aumento da procura por empregos muito maior do que a oferta.

A discussão da composição do Comitê de Segurança Marítima e da Organização Marítima Consultiva Intergovernamental, aparentemente, nada teria que ver com o Direito Econômico. Entretanto, se considerarmos que, no plano das relações internacionais, o que existe é uma desigualdade material entre os países, apesar da igualdade formal, teremos várias situações em que medidas aparentemente voltadas à preservação ambiental traduziriam, em realidade, obstáculos ao desenvolvimento da economia de países interessados ou em que a liberação para o exercício de determinadas atividades econômicas implicaria a privação de comunidades inteiras dos recursos potenciais do mar. Não podemos esquecer a advertência de WASHINGTON PELUSO ALBINO DE SOUZA no exame desta problemática, ao ter como ponto de partida a necessidade da definição de uma nova ordem econômica internacional:

“A expressão ‘Nova Ordem Econômica Internacional’, que muitos autores inadvertidamente costumam tratar também por ‘Nova Ordem Internacional Econômica’ (confusão inadmissível, em face da diferença das posições dos Estados-Membros nas relações entre si, de natureza supranacional ou não), tem sua origem na Conferência de Bandoeng, de abril de 1955, ao que tudo faz crer.

Estaria ligada ao conceito de ‘países subdesenvolvidos’, visto que, a partir desse encontro, a Assembléia Geral das Nações Unidas

*decidiu criar um órgão intermediário, a Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (CNUCEDO), geralmente propagada como um fórum no qual se propagaram as idéias do Terceiro Mundo e que surgia como uma espécie de Anti-GATT, ou seja, em contraposição à política neoliberal estabelecida a partir de 1945.*

*Mais tarde, formou-se o 'Grupo dos 77', congregando igual número de países subdesenvolvidos. Posteriormente, ampliou-se, tendo produzido uma Carta de reivindicações, considerada pelos analistas do Primeiro Mundo como sendo mais propriamente um 'documento de lamentações'." (16:203).*

As decisões do Tribunal de Justiça da Comunidade Econômica Européia ora trazidas ao exame demonstram que as quatro tão enaltecidas "liberdades" não são ali tomadas em caráter absoluto, com o que se faz mister repensar os próprios fundamentos do discurso neoliberal. As decisões do Tribunal do Acordo de Cartagena, situado em Quito Moderno, comportam um exame mais acurado como a grande contribuição na construção de um Direito da Integração Econômica sob um prisma próprio da América Latina, sem a crítica importação de modelos da metrópole. Devem ser meditadas estas palavras de ARTUR JOSÉ ALMEIDA DINIZ, para compreendermos os elementos da ideologia colonialista que ainda perpassa os nossos meios intelectuais, especialmente nos campos do Direito e da economia:

*"Os escolásticos espanhóis repudiaram não apenas o direito crasso de submeter e espoliar, mas mesmo um protetorado enobrecido e envolto em altruístico desinteresse para com os 'selvagens'. Tal atitude foi encarada com justificada cautela, pois sabiam quão facilmente tal título poderia transformar-se em objeto de abuso, dentro do pretexto farisaico de encobrir a espoliação. Lançaram mão das normas do direito natural, sobretudo para repelir ataques injustificáveis à liberdade e independência dos aborígenes.*

*As guerras do povo hebreu constituíam o exemplo seguido pelos cristãos em seu combate contra a heresia. E este exemplo leva-nos a um caveat lançado por Paulo Suess: 'historicamente, não é correto imputar a violência da conquista ao caráter nacional de espanhóis ou portugueses. Na avaliação da conquista espiritual das Américas não está em jogo a crueldade de uma ou outra nação européia mas, sobretudo, a ambivalência do próprio cristianismo. A integridade do Evangelho não garante a integridade da ação histórica dos evangelizadores. Em nome do Evangelho, cristãos destruíram sinagogas de judeus, santuários de mouros e templos de pagãos, queimaram 'bruxas' e hereges...O sistema colonial considerava a alteridade dos povos conquistados **inferioridade** e a reciprocidade de sua economia, que era a*

*base de sua igualdade, improdutividade. Os Estados Nacionais modernos, prisioneiros da mundialização do mercado com seu potencial colonizador, tornaram-se, todavia, novos colonizadores de outros (minorias ou não), muitas vezes incapazes de admitir alternativas frente ao macrossistema cultural e econômico. Vícios herdados se juntaram a novos vícios estruturais, dos quais os Estados modernos são herdeiros, prisioneiros e defensores’.*

(...)

*Quando lemos Frei Bartolomeu de Las Casas (1474-1566), a analogia das crueldades dos conquistadores com as atrocidades nazistas é irresistível. Brota do próprio texto.” (2:83-85).*

Em todos estes casos, como se pode verificar, estiveram em questão os balizamentos jurídicos de autênticas medidas de política econômica, pois a solução dos conflitos se deu tendo em vista a necessidade de se considerarem as repercussões das decisões do agente econômico no plano das relações jurídicas, inclusive chegando ao ponto de afetar a direitos consagrados em Tratados concernentes a direitos humanos, como foi o caso dos cidadãos da Libéria e da Etiópia pelo regime do *apartheid*. Ao contrário do que defende certa tendência muito em voga nos tempos correntes, que pretende o predomínio do tecnocrata sobre o jurista, condicionando a interpretação das normas jurídicas ao atingimento de metas compatíveis com tais ou quais doutrinas econômicas, “o que importa, na realidade, é o condicionamento do ‘desenvolvimento’, como de toda a política econômica, aos princípios do Estado de Direito, e defendê-los contra as formas autocráticas e autoritárias de governo” (16:163). Tais os temas que entregamos ao debate dos doutos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CAMPOS, João Mota de. **Direito comunitário**. Lisboa: Gulbenkian, 1989. v. I.
2. DINIZ, Artur José Almeida. *A economia desigual: algumas causas históricas*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 47, n. 91/92, p. 67, jan./jun. 1994.
3. DINIZ, Artur José Almeida. *Três enfoques para o Direito Internacional Público*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 42/43, n. 72/74, p. 105, jan. 1990/jul. 1991.
4. DOLINGER, Jacob. **Direito internacional privado: parte geral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
5. FARIA, Werter R. *Métodos de harmonização aplicáveis no MERCOSUL e incorporação das normas correspondentes nas ordens jurídicas internas*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 48, n. 98/100, p. 118, jul./dez. 1995.
6. FERNANDES, Raul. *A responsabilidade dos Estados em Direito Internacional*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 48, n. 95/97, p. 10, jan./jun. 1995.
7. LAFER, Celso. **A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
8. MEDEIROS, Antônio Paulo Cachapuz de. *Endividamento externo e imunidade do Estado brasileiro à jurisdição estrangeira*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 42/43, n. 72/74, p. 77-78, jan. 1990/jun. 1991.
9. MELLO, Celso Duvivier Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. v. I.
10. MELLO, Celso Duvivier Albuquerque. **Curso de direito internacional público**. Rio de Janeiro: Renovar, 1992. v. II.
11. MELLO, Celso Duvivier Albuquerque. **Direito internacional econômico**. Rio de Janeiro: Renovar, 1993.
12. PASTOR RIDUREJO, José Antonio. *La Corte Internacional de Justicia en el cincuentenario de las Naciones Unidas*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 48, n. 98/100, p. 36, jul./dez. 1995.
13. PICO MONTILLA, Galo. **Derecho andino**. Quito: Tribunal de Justicia de Cartagena, 1991.
14. ROSENNE, Shabtai. **El Tribunal Internacional de Justicia**. Madrid: Institutos de Estudios Políticos, 1967.

15. SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento e. *Simpósio de Foz do Iguaçu sobre a Bacia do Prata*. **Boletim da Sociedade Brasileira de Direito Internacional**. Brasília, DF, v. 47, n. 91/92, p. 188, jan./jun. 1994.
16. SOUZA, Washington Peluso Albino de. **Primeiras linhas de direito econômico**. 4. ed. São Paulo: LTr, 1999.
17. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Considerações acerca do relacionamento entre o direito internacional e o direito econômico**. Belo Horizonte: Fundação Brasileira de Direito Econômico, 1972.
18. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Direitos humanos e meio ambiente**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1993.
19. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Evolução e fortalecimento da proteção internacional da pessoa humana em sua dimensão*. In: \_\_\_\_[Org.]. **A proteção aos direitos humanos nos planos nacional e internacional: perspectivas brasileiras**. San José de Costa Rica-Brasília, DF: IIDH/Friedrich Naumann Stiftung, 1992.
20. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Os métodos de solução pacífica de controvérsias internacionais: tendências recentes*. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, DF, v. 21, n. 82, p. 17, abr./jun. 1984.
21. TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **Princípios de direito internacional contemporâneo**. Brasília, DF: UnB, 1981.
22. URIBE RESTREPO, Fernando. **La interpretación prejudicial en el derecho andino**. Quito: Tribunal de Justicia del Acuerdo de Cartagena, 1993.